



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 36**

Sessão Ordinária de Abril

6.ª Reunião de 15-06-2011

Aos quinze dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Marco António Costa Gonçalves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, David Paiva Martins, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Telmo Viera Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Rui Alexandre Guerra Miranda Macedo, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Pedro Miguel Melo Castro Silva Pinheiro, Manuel Vieira dos Santos, João Alberto Simões Barbosa, António Alberto Rodrigues Santos Ferreira Neto, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.<sup>01</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificaram-se as ausências dos seguintes vogais:

Rafael Alexandre Lopes Nevado, Raúl Ventura Martins e Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Vice-Presidente da Câmara Carlos Manuel da Silva Santos, e os Vereadores Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves (chegou às 21:00 horas), Maria da Luz Nolasco Cardoso, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes (chegou às 21:30 horas), José da Cruz Costa, João Francisco Carvalho de Sousa (chegou às 21:00 horas) e Helena Maria de Oliveira Dias Libório.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Alexandre Florentino Marques, e António Manuel Santos Salavessa.<sup>02</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidente de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, se fez substituir nesta reunião por Firmino Marques Ferreira.

Os sucedâneos na lista de candidatura Joana Cristina Rodrigues dos Santos Dias Nelson Ricardo Esteves Peralta, Rui Miguel Bartolomeu Maio e Celme Cristina de Jesus Tavares, apresentaram escusa.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

## **PONTO 7. – ORÇAMENTO:**

### **7.1 – 1.ª ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL E EXECUÇÃO FINANCEIRA DE DIVERSOS PROJECTOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2012 E 2013.**

### **7.2 – 1.ª REVISÃO ORÇAMENTAL.**

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, <sup>03</sup>respectivamente, em reunião ordinária de 07/04/2011 e 05/05/2011, sobre os assuntos em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Na ausência do Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe o Vereador Pedro Ferreira.

#### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>04</sup>

*“Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Deputados boa noite a todos. Em relação aos dois pontos assinalados começando pelo primeiro, trata-se de algo que nós temos obrigatoriamente que fazer aqui e que se prende com duas razões: a primeira são projectos que dizem respeito àquilo que foi aprovado em termos orçamentais e que para nós mexermos em Planos Plurianuais de Investimento, nós trazemos aqui exactamente para corrigir esses Planos.*

*A segunda nota é que hoje, devido a vários constrangimentos, o Tribunal de Contas tem sido bastante mais acérrimo defensor de que os cronogramas financeiros se adequem exactamente àquilo que depois acontece em termos de obra e, portanto, aquilo que nós tentamos aqui é espelhar de facto aquilo que vai acontecer em termos de obra.*

*Portanto em relação ao primeiro Ponto, nós trazemos doze projectos, dos quais seis temos uma alteração em termos de cronograma financeiro. Quatro temos uma alteração para além do cronograma financeiro também do valor, uma vez que já temos previsão final do valor. E em relação a dois são novas acções dentro do Orçamento, sendo que os valores estavam agregados e agora estão separados pela acção — e eu já passarei a explicar.*

*Em relação aos que em causa estão meramente uma alteração do cronograma, não há alteração de valor, falamos da requalificação do Largo do Alboi e José Rabumba, em que tínhamos 725.420€ para 2011 e 154.380€ para 2012 e passamos agora a ter 439.900€ para cada um dos anos. Este é um valor previsional, posso-vos dizer já em termos de contratação, a proposta de adjudicação veio para cerca de 700.000€, distribuídos igualmente entre os dois anos.*

*Em relação ao restauro da igreja de Santo António e a Capela de São Francisco, nós tínhamos previsto 437.250€ em 2011, 291.510€ em 2012 e passamos agora a ter 255.066€ em 2011 e 291.510€ em 2012.*

*Em relação ao Edifício e Equipamento de Animação e Formação Artístico Cultural, nós tínhamos verbas apenas para 2011 no total de 579.640€, mas passámos a ter aqui uma verba de 50/50 ou seja, 289.820€ para cada um dos anos. Este é um projecto de que já temos também a adjudicação e que fica um bocado abaixo deste montante a rondar os 500.000€. Temos também o Centro de Educação Ambiental, também nestes projectos apenas alteração do*

*cronograma, que tínhamos um valor de 392.200€ para o ano só de 2011 e passamos a ter 294.150€ para o ano de 2011 e uma verba remanescente de 98.000€ para 2012. Em relação à Avenida da Quinta do Cruzeiro, Canal de São Roque e Avenida das Agradas, como podem ver já temos em obra a primeira fase, esta trata-se da segunda, também já neste momento a aguardar por esta aprovação, em que tínhamos apenas o valor para o ano de 2011 de 646.000€ e há aqui uma adaptação são 50% em cada ano 323.000€.*

*Em relação ao núcleo de apoio à pesca em São Jacinto, nós tínhamos previsto 910.535€ para 2011. Esta é uma obra que como sabem carecia de estudo de impacto ambiental e portanto como houve esse “delay,” nós passámos a prever então para 2011, 292.435€ e para 2012, 618.100€.*

*Por último os problemas em que há apenas alteração do cronograma, temos a recuperação da Capela de São Tomás de Aquino, em que tínhamos 322.500€ (aqui, já há uma alteração do valor), tínhamos 322.500€ e passámos o projecto devido a alterações e ao projecto final de arquitectura para 413.400€. Sendo que esta obra está na fase de adjudicação, aliás, irá amanhã à adjudicação à Câmara e passa para um valor de cerca de 360.000€ a ser executado já no ano de 2011.*

*Em relação a dois projectos que são simples, que é em termos de equipamento e informática, mobiliário e equipamento didáctico para as escolas, quanto ao equipamento e informática são os dois alterações de valores, passámos de uma verba de 218.500€ em 2012 para 283.323.46€ em 2012. Também em 2012 uma alteração em relação a equipamento didáctico de 262.800€ para 348.539.61€, valores já finais de adjudicação. Também nestes há apenas aqui uma alteração do cronograma também e em termos financeiros. Já há valores finais para o Centro Escolar de Santiago. Tínhamos previsto uma verba apenas para o ano de 2011, 854.260€. E há uma distribuição de 2011 e 2012 de 639.725.26 em 2011 e 173.857.82€ em 2012. Ou seja, o valor total dá uma redução no montante, passando já (e estes já são valores finais) para 813.583.08. Em relação às duas acções que aparecem, que como vos dizia estavam em conjunto, tem a ver com os Centros Escolares. Estamos a falar da desagregação dos Centros Escolares da Vera-Cruz e Centro Escolar da Glória. Centro Escolar da Vera-Cruz tem 219.943.98 € para 2011 e 879.799.92€ para 2012 e 219.950.11€ em 2013, perfazendo um total de acção de 1.319.700.01€.*

*Em relação ao Centro Escolar da Glória é uma acção para 2 anos, 2011 e 2012, estando para 2011, 254.223.67€ e 2012 de 593.188.56€, totalizando um montante de acção de 847.412.23€. Portanto isto em relação ao primeiro Ponto.*

*Em relação ao segundo Ponto trata-se da primeira Revisão Orçamental e tem a ver com algo muito simples que não era habitual na Câmara de Aveiro. Como nos aproximamos do final do ano, até porque a Câmara tem bastantes valores em cauções, há sempre valores que transportam de um ano para o outro. Aquilo que não era habitual e que passará a ser agora, até por força da Lei, tem a ver com a integração do Saldo de Gerência do ano anterior. É isso ao fim e ao cabo que se trata aqui, é introduzir aqueles valores que transitaram do ano passado para este ano, inserindo-os no Orçamento. Neste caso, nós podíamos ter adoptado a medida de aumentar o Orçamento com esse montante, optamos por não fazer isso. Fomos sim, àquelas receitas que têm tido menos execução ao longo dos anos, nomeadamente as receitas de capital, até porque as transferências de um ano para o outro eram de Capital e fizemos esse ajustamento. E portanto é um processo simples, que eu julgo que irá agora acontecer anualmente, um processo perfeitamente normal em todas as Instituições.”*

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[06](#)

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados muito boa noite a todos. A Câmara fez muito bem em trazer aqui o documento da revisão Orçamental. Não é nenhum acto de benemerência, é apenas o cumprimento da exigência legal a partir do momento que havia zero em saldo e passou a estar previsto na verba. E para já era só. Esta intervenção também é mais para salvaguardar o direito a uma segunda.”*

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>08</sup>

*“Boa noite a todos. Não havendo, parece-me a mim termos de formalidades, grandes reparos a fazer em relação a estas duas alíneas do Ponto 7, gostava só de deixar claro a posição do Bloco, que apesar de haver uma alteração na dotação Orçamental para os anos de 2012 e 2013, o Bloco não poderá viabilizar, nomeadamente por causa de uma questão muito concreta que é a do Largo do Alboi.*

*Se o Bloco votasse a favor da dotação Orçamental para os anos seguintes, estava implicitamente a sufragar e a concordar com aquele investimento em particular. E como não concordamos e como ainda por cima há vontades populares que se manifestam também elas contra esse investimento, nós não vamos agora em coerência com a nossa posição desfavorável àquela intervenção, não poderemos votar favoravelmente este Ponto.”*

Vogal Paulo Florentino Marques (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>10</sup>

*“Relativamente a estes dois Pontos, estes dois assuntos que estão aqui demonstrados são situações que decorrem da Lei. São situações que esta Câmara terá que assumir em termos de actuação. Relativamente ao Ponto 7.1, falamos de um conjunto de projectos que já estavam Orçamentados, necessitam da sua correcção Orçamental, muito natural.*

*Relativamente ao ponto 2, foi aqui bem explicado pelo Senhor Vereador Pedro Ferreira a razão deste ponto. E portanto para o CDS/PP, para já nada mais há a acrescentar.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>11</sup>

Vogal João Carlos Valente (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>12</sup>

*“Boa noite a todos antes de mais. Pese embora a obrigatoriedade legal de apresentar isto, acho importante a Câmara de facto tê-lo feito, obrigado. Mas certamente fá-lo-iam na mesma. Isto é importante porque cria de facto aqui assim um princípio de rigor e de transparência, que é importante para a Câmara Municipal de Aveiro que o tenha. Também para saudar a opção que foi efectuada, relativamente à opção de não incrementar o Orçamento e de facto fazer com que este abaixamento, que de facto que existe, seja reflectido e também com o abaixamento de outras rubricas, que isso para nós é importante desde já. Obrigado.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>13</sup>

*“Muito rapidamente para me congratular com a apresentação deste assunto a esta câmara. Isto traduz um acréscimo do executivo municipal na prestação de contas e a inclusão pela primeira vez de uma revisão Orçamental pela inclusão dos saldos de gerência. Até me apetece perguntar é: porque é que não se fez nos anos anteriores? Mas é compreensível que assim seja porque na verdade quando o Orçamento é elaborado nós ainda não sabemos concretamente como é que vai ficar o saldo. E portanto, faz todo o sentido e o meu aplauso portanto a esta iniciativa em trazer à Assembleia este Ponto para nosso esclarecimento, porque eu acho que isto é de salutar.*

*Também estou perfeitamente de acordo com a opção, pelo não empolamento, para equilíbrio das contas, que resultam desta incorporação do saldo de gerência. Acho muito bem que*

*tenham em abono da verdade e da transparência e rigor diminuído o montante das receitas de capital. E por aqui me fico, obrigado.”*

Presidente da Mesa<sup>14</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>16</sup>

*“Obrigado Senhor Presidente. Realmente os trabalhos hoje estão a decorrer com grande speed como agora se diz muito. Em relação a estes Pontos, pois eu tinha umas certas dúvidas à falta de alguns esclarecimentos que eu vi nos meus documentos, nomeadamente como é que era aplicado este Orçamento. Fiquei totalmente esclarecido com os esclarecimentos que o Dr. Pedro Ferreira me disse e, portanto, penso que estamos em condições, o meu Grupo Parlamentar do CDS/PP, está em condições de poder aprovar esta alteração. Muito obrigado.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>17</sup>

*“Senhor Presidente, boa noite a todos. Não farei jus ao seu apelo de tornar lenta esta Assembleia. Portanto direi só que o PS não se congratula propriamente por se cumprir a Lei nesta Assembleia. Portanto é o resultado da Lei e assim estamos a cumprir os nossos deveres. E portanto, como já foi referido pelo meu camarada Pedro Pires da Rosa a nossa posição de princípio relativamente às obras, cuja proposta, cuja existência da proposta de alteração Orçamental está nesta sugestão da Câmara e nós votámos genericamente contra e votamos contra o Plano e Orçamento, mas como se trata de um formalismo o PS não vê obviamente nenhuma objecção e portanto abster-se-á se nada encontrar e acontecer ou se nada de excepcional acontecer até ao final deste debate. Muito obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>18</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Só para agradecer a explicação detalhada do Senhor Vereador Pedro Ferreira, acerca das obras que estão consignadas no Orçamento e que precisam de ser repartidas pelo próximo ano civil e dizer que estamos de acordo com esta proposta. Muito obrigado.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>19</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu espero que esta rapidez também tenha alguma coisa a ver com a explicação inicial, que poderá ter que retirar algumas dúvidas. Só responder à questão colocada que foi a única pelo Dr. Pires da Rosa, em relação à questão do início das escolas. Depois deste procedimento que era essencial para podermos enviar os contratos para o Tribunal de Contas, há um outro procedimento que nós aguardamos e que também é importante, que é a aprovação do MaisCentro das três candidaturas que estão englobadas. Aliás, não teremos aprovação se não houver candidatura, porque fizemos menção delas — estão neste momento no concurso desde Outubro.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) <sup>20</sup>

Vogal João Pedro Dias (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>21</sup>

*“Há bocadinho não me pronunciei sobre a questão da inclusão do Saldo de Gerência nas receitas do Orçamento, mas a mim pareceu-me claro que esta é basicamente uma mimitização, uma cópia, daquilo que fez o Ministro Teixeira dos Santos em 2010, quando disse que ia*



*passar a pôr nos Orçamentos os Saldos de Gerência, para que as Instituições públicas, o saldo delas contribuíssem para o Orçamento. Portanto se não foi feito antes é precisamente porque imagino eu que seja uma medida de mimitização dessa ideia.”*

Presidente da Mesa [22](#)

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) ) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[23](#)

*“Apenas um esclarecimento. De facto, com todo o respeito pela posição do BE, de facto não é (compete-me dizer) nada disso. Do ponto de vista técnico não é nada disso. Portanto tirando isso, tudo bem. Eu acho que é correcto. Como disse o Senhor Deputado Salavessa, há muitas alterações Orçamentais que até nem precisam de vir aqui. Agora, há uma coisa que de facto a Lei diz e está muito bem fundamentado na proposta, é que estas revisões, alterações que implicam ou o que estas implicaram, devem vir à Assembleia Municipal para serem aprovadas. Portanto, alterações ao Plano e Orçamento, bem como as respectivas revisões devem vir e foi isso que o executivo fez. E portanto, no meu entender, do ponto de vista técnico, mas também do ponto de vista político, está correcto. Obrigado.”*

**Concluídas intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação [24](#)o ponto n.º 7.1 – 1.ª alteração orçamental e execução financeira de diversos projectos para os exercícios de 2012 e 2013, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e seis votos a favor (PSD19+CDS6+IND1), onze abstenções (PS9+BE2) e um voto contra (PCP1).**

**Continuando, colocou à votação [25](#)o ponto n.º 7.2 – 1.ª Revisão Orçamental, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e nove votos a favor (PSD19+CDS6+BE2+PCP1+IND1), nove abstenções (PS9) e zero votos contra.**

Seguiram-se as declarações de votos dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):[26](#)

*“Repensando (o PCP) votei contra na primeira votação na sequência do nosso voto contra ao Plano Plurianual de Actividades e ao respectivo Orçamento. Em relação à segunda votação votei a favor pelas razões inferidas da própria intervenção do Ponto.”*

Vogal João Pedro Dias (BE):[27](#)

*“O Bloco de Esquerda decidiu votar contra, aliás absteve-se na primeira alínea referente a este Ponto, precisamente porque como aqui eram alteradas as dotações orçamentais no Plano Plurianual, em relação a investimentos específicos, nós não concordaríamos com um deles, portanto não estávamos na condição de votar favoravelmente essas alterações, mas também não queríamos votar contra porque também nem todos os projectos mereciam a nossa rejeição.”*

Concluídas as declarações de voto, usou da palavra o Presidente da Mesa da Assembleia.

Presidente da Mesa [29](#)

*“Como é sabido neste plenário o ponto 8.1 – Reestruturação da medida 3.3.2 de curto prazo, não foi apresentado documentação em relação a este ponto, pelo que dou a palavra à Câmara para informar este plenário do que achar oportuno.”*

Vereador Pedro Ferreira<sup>30</sup>

*“Senhores deputados em relação a este ponto queria dar-vos a seguinte nota: é um ponto bastante técnico, demorou bastante tempo a ser concluído, nomeadamente com auscultações ao Tribunal de Contas, e portanto não houve hipóteses de o concluir a tempo. Nós temos-o agendado para a reunião de Câmara de amanhã. Aquilo que vos pedia até porque não implica nenhuma deliberação era se podíamos discutir já o ponto 8.2 – 4.º Relatório de Saneamento Financeiro, deixando para a próxima reunião este 8.1.”*

Presidente da Mesa:<sup>31</sup>

*“Bem, deduzo da parte do plenário, uma vez solicitada a urgência pela Câmara Municipal de Aveiro, que não haverá qualquer tipo de obstáculo a fazermos esta mesma sugestão, isto é: passaremos para o ponto 8.2 – 4.º Relatório de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro.”*

## **PONTO 8. – Plano de Saneamento Financeiro do Município de Aveiro:**

### **8.1 –**

### **8.2 – 4.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro – apreciação.**

*(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 28/04/2011 e concluída em 02/05/2011, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).*

(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)

Na ausência do Presidente da Câmara Municipal, usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe o Vereador Pedro Ferreira.

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>32</sup>

*“Este é o 4.º Relatório relativo à operação de Saneamento Financeiro ao Plano. Como sabem houve algum atraso no passado, este é ao fim e ao cabo a recuperação. Nós já temos em preparação o 5.º Relatório, relacionado já com Maio deste ano, contamos trazer à próxima Assembleia.*

*Em relação a este 4.º, como sabem foi feito até Novembro de 2010. E ele foi afectado por algumas questões, nomeadamente aquela que iremos verificar na próxima Assembleia, que tem a ver com a reestruturação.*

*Nós chegámos a um limite relacionado com aquilo que poderíamos fazer em termos de pagamento. Isto em relação ao próprio empréstimo, à medida 3.3.2, e que nos impediu nesse caso concreto continuar. Depois irei explicar mais sucintamente quando estivermos a discutir esse Ponto.*

*Daquilo que eu posso dar nota é que neste momento há a perspectiva da Câmara, daquilo que, e das medidas que estão mais facilmente a ser implementadas e daquelas que por fruto da acção política, quer por fruto do próprio mercado, estão a ter mais dificuldades. Isso dar-lhes uma visão daquilo que nós podemos fazer em termos da reestruturação de todo o Plano.*

*É importante ter esta perspectiva. O Plano tem neste momento quase 4 anos. Quase 4 anos em que houve diversas mudanças, nomeadamente em termos económicos, e nós aquilo que queremos estar é em condições de analisar se as medidas em cada um dos seus pontos, estão a ser concretamente realizadas e se vale a pena de facto manter este Plano ou reestruturá-lo nalgum dos seus aspectos. Estou à vossa disposição para nós podermos discutir este Ponto.”*

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>34</sup>

*“Senhor Presidente e Senhores Deputados. Eu registei mesmo a promessa que o Senhor Vereador fez de trazer o próximo relatório, o 5.º Relatório, de o trazer em breve à Assembleia. Penso que se a Câmara conseguir fazer isso dá um passo muito importante, pelo menos no respeito pela Assembleia, no seu papel fiscalizador do cumprimento desse Plano. Não invoco outras vantagens, mas esta pelo menos é evidente porque não é a mesma coisa discutirmos um Relatório cujo universo temporal acabou há seis meses, em Novembro, ou discutir algo que está bem fresco, bem presente.*

*Aliás, discutir um Relatório deste tipo, quando já discutimos as Contas, tem também o seu quê de perverso, de perverso! Mas de qualquer forma eu não vou deixar de colocar algumas questões até para se a Câmara o quiser aceitar, para ter como referência para melhorias que é necessário introduzir neste relatório de avaliação do plano.*

*Por exemplo, há alguma confusão, pelo menos resulta para mim da leitura que faço, em relação ao universo que está a ser analisado — e eu digo porquê. Por exemplo, no que diz respeito à redução do número de colaboradores, somos informados da redução de todo o grupo municipal, mas depois logo a seguir na mesma página, quando se fala da redução do número de horas extraordinárias ou da redução dos gastos com ajudas de custo, ficámos sem saber se isto diz respeito ao mesmo universo global ou se é só relativo à Câmara Municipal. Isto não é uma questão despicienda! É relevante, porque se o universo em análise for apenas a Câmara tem um significado, se for de todo o grupo municipal tem outro completamente diferente. No concreto, se for todo o grupo municipal a redução de ajudas de custo não tem qualquer significado, porque a capitação das ajudas de custo relativamente, mantêm-se praticamente igual. Portanto esta questão não é irrelevante.*

*Também quando se fala em redução dos gastos com ajudas de custo e dos gastos com horas extraordinárias, é importante que a Câmara os quantificasse. Isto é: se há uma redução de tantos por cento nas horas extraordinárias e tantos por cento nas ajudas de custo, isto significa uma redução de x euros.*

*Portanto, estes valores são necessários para uma apreciação. Depois o relatório que nos detalha (em certos aspectos) a informação nalguns pontos, até ao ponto de sabermos que uma determinada entidade ofereceu dez caixas de smile gum! Dez caixinhas de smile gum ou lá o que é isso à Câmara — podia era referir esses valores de poupança que referi.*

*Central de compras? Não há novidade neste relatório. Não há novidade no relatório anterior! Se for preciso ir buscar alguma novidade, já é preciso ir, não vamos ao terceiro, se calhar já temos que ir ao segundo. Mas Senhor Presidente e Senhores Deputados, é preciso que a Câmara diga com clareza se desistiu ou não da central de compras — porque se não escrevam. Se desistiu escrevam.*

*Registou-se (e depois a Câmara atira-nos com alguns números para cima) ainda um decréscimo significativo do volume das aquisições realizadas via secção de aquisições da divisão de património móvel etc. etc., E depois essa diminuição é demonstrada num quadro que nos põe o número de 2010 e nós ficamos mais uma vez na dúvida, 2010, está bem. Não está aqui nenhuma limitação. É 2010 período em análise? Ou 2010 ano completo? Essa questão também não está esclarecida. E nós ficamos a olhar para esse quadro, se comparamos os períodos iguais, vemos que diminuiu o número de requisições e diminuiu os gastos feitos através da Divisão de Património Móvel de 2,3 milhões no início do período da análise para um milhão.*



*Os membros da Assembleia que leram o relatório poderão ficar a pensar – há aqui uma diminuição de gastos. Mas isto não resiste a uma análise mais profunda. Por exemplo, se formos às contas de 2010 e compararmos com 2009 e olharmos para o item, para a rubrica aquisição de bens, excluindo matérias-primas e combustíveis, vê-se que em 2009 esse conjunto de despesas era de 4,3 milhões e em 2010 4,53 milhões!*

*Portanto aumentou a aquisição de bens. Aumentou num ano 230.000€, isto não incluiu matérias-primas nem combustíveis. Mas as matérias-primas também aumentaram mais 134.000€ e os combustíveis diminuíram Senhor Vereador. É verdade que os combustíveis diminuíram. Mas o bloco destas aquisições aumentou 310.000€ de um ano para o outro!? Portanto a Câmara nos números que nos apresenta, dá a ideia que está a reduzir, mas depois na análise mais fina mostra que está a aumentar! Está a aumentar.*

*Portanto aquilo que me parece Senhor Presidente e Senhores Deputados para esta primeira intervenção, é que existe falta rigor, falta muito rigor!*

*O Senhor Vereador pode fazer as caras que quiser, mas eu repito, falta muito rigor. Quer apenas mais um exemplo? Eu dou-lhe mais um exemplo.*

*Ponto 3.3.2 Dívida de Médio Longo Prazo, renegociação das comissões e revisão dos contratos celebrados com instituições financeiras.*

*Senhores Deputados participaram numa discussão da Assembleia Municipal para alteração das condições do contrato, certo? Estão lembrados? A 15 de Abril do ano passado fizemos esta discussão aqui. Pois essa discussão e essas alterações que deviam constar deste ponto não estão cá!? (ouvem-se vozes) Oh, senhor Vereador, Ponto, Renegociação das Comissões e Revisão dos Contratos. Foi uma revisão de contratos Senhor Vereador. Foi uma revisão de contrato. Não estava. Esta a dizer a do anterior. Também não estava no anterior.*

*O Senhor Vereador entende que não é necessário neste Ponto colocar nada para informar a Assembleia! Portanto Senhor Presidente e Senhores Deputados, considerando que a Assembleia Municipal de Aveiro aprovou um Plano de Saneamento Financeiro para o município, que está a ser executado pela Câmara Municipal; considerando que compete à Assembleia Municipal o acompanhamento da execução do referido Plano pertencendo-lhe também a competência para declarar o seu eventual incumprimento; considerando a complexidade da questão, que não pode ser resumida à discussão superficial do Relatório Semestral apresentado pelo órgão executivo — proponho que a Assembleia Municipal delibere constituir uma Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, uma composição que integre representantes de todos os Grupos Municipais e respeito pelo peso específico de cada um neste órgão autárquico. Alínea b) que a Comissão na sua primeira reunião determine as regras do seu financiamento e metodologia do trabalho a adoptar, visando a prestação de uma informação pormenorizada e sustentada nos números a todos os membros da Assembleia Municipal e a formação de propostas que bem entender desde que se enquadrem nos pressupostos da sua constituição.*

*Portanto é esta proposta que eu apresentarei à Mesa, enquadra-se na minha perspectiva neste Ponto da Ordem de Trabalhos para a eventual deliberação.”*

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>36</sup>

Vogal Paulo Florentino Marques (CDS)<sup>37</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>38</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>39</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>40</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Brevemente, sem vos tomar muito tempo, a bom rigor nós já discutimos parte do impacto deste Plano de Saneamento quando discutimos as Contas ainda nesta Sessão. Mas facto é, que o Relatório do Plano de Saneamento e o próprio Plano de*

*Saneamento em si, influenciam provavelmente a única coisa ou a coisa principal que condiciona toda a actividade do município, que é a sua situação financeira.*

*E pasme-se, eu não sei qual é a justificação, admito que seja uma justificação plausível, não tenho dúvidas sobre isso, mas não posso deixar de registar o facto do Senhor Presidente da Câmara não estar cá na presença deste Ponto. Não posso deixar de registar politicamente! Depois a Câmara fará a explicação que entender acerca desta matéria, mas parece-me que a análise do Plano de Saneamento Financeiro, que procura resolver o problema financeiro da autarquia, problema esse que condiciona toda a actividade da autarquia desde que vocês ou pelo menos alegadamente desde que o PSD e o CDS/PP estão na autarquia, parece-me que é absolutamente decisivo.*

*E dizer que, independentemente do registo político de sublinhar que o Plano de Saneamento Financeiro falhou. Era suposto, e foi assumido aqui pelo Senhor Vereador, isso é o que resultou claro da intervenção do Senhor Vereador das Finanças, quando assume que terá que fazer reestruturações, não condiciona só essas próprias reestruturações à mudança da situação económica, mas também ela própria em algumas coisas que terão falhado na previsão do próprio Plano e sobretudo porque não consegue desmentir um facto que é a dívida de curto prazo ter aumentado; quando o Plano de Saneamento Financeiro tinha como objectivo primordial um empréstimo que servia para liquidar a dívida de curto prazo e passar a dever a quem se deve dever, que é à Banca e não aos fornecedores. Coisa que ao dia de hoje estamos na mesma situação! Voltámos ao mesmo, volvidos quatro anos, sem resolver o problema da autarquia e passaram 6 anos de governação PSD/CDS/PP, que se candidataram em 2005 com a bandeira do “vamos resolver o problema financeiro da autarquia” e falharam por completo!*

*E o que é grave, é absolutamente grave, é que no meio deste falhanço todo, esta coligação conseguiu vender o único anel que tinha, que era suficiente para pagar provavelmente 80% a 100% da dívida, que era a concessão das Águas!? Foi eliminado ou concessionado por 50 milhões de euros, quando tivemos aqui o Director dos Serviços Municipalizados também do CDS na altura, que foi Director dos Serviços na altura durante os 10 anos do consulado do CDS na Câmara do Dr. Girão Pereira, o Eng.º Victor Silva, que deu uma avaliação três vezes superior ao valor pelo qual foi alienada.*

*Esta coligação CDS/PP vendeu o principal anel que lhe iria permitir resolver o problema financeiro da autarquia. E vendeu por tuta-e-meia, por um prato de lentilhas, a cinco meses creio, ou a quatro meses do acto eleitoral (cinco, seis meses no acto eleitoral)! Isto é um facto. Volvida esta parte política, tem sempre que se fazer e sublinhar o que é provavelmente o erro do consulado de Élio Maia na Câmara Municipal de Aveiro, desde que está a governar.*

*A concessão das Águas pelo valor que foi e o facto de ter hipotecado o principal anel que a Câmara tinha para vender e resolver o seu problema financeiro é o grande erro do consulado Élio Maia, para além de todos aqueles de inoperactividade clara de falta de representatividade, de falta de participação, em tudo o que envolve o município, fazendo-se representar pelos vereadores e fazendo ausência política completa, do que é a gestão do município — município esse que é capital de distrito.*

*E isto é que tem sido estes seis anos. Tem sido estes seis anos assim! E a grande questão é se pensarmos para além disto e para além dos erros políticos e para além da responsabilidade política que existe, clara do PSD e do CDS, se pensarmos para além dos números e da situação financeira que a Câmara herdou do Governo PS, chegamos aos números objectivos e portanto eu mudo aqui um bocadinho o meu registo.*

*A grande questão é esta: este Plano de Saneamento Financeiro falhou. Nós vamos ter agora em 2012 que iniciar o pagamento do capital do empréstimo dos 58 milhões de euros. Esta Câmara vai ter um acréscimo de despesa na ordem dos 9,5 milhões de euros por ano para abater capital e eu pergunto: onde é que nós vamos encontrar receita para isto?*

*Onde é que nós vamos encontrar receita para isto, porque vocês nem foram capazes de fazer uma gestão ou uma alienação por dentro do que eram os activos da Câmara Municipal, hipotecando o futuro.*

*Não foram capazes de reduzir a despesa, porque o Plano de Saneamento Financeiro foi totalmente falhado e aqui assumido pelo Presidente da Câmara — e agora o que eu vos peço é que nos tragam uma alternativa.*

*Se querem reestruturar contem com o partido socialista para fazer essa reestruturação, para participar num Plano de Reequilíbrio, mas para procurar resolver de forma seriamente, encarando de frente as dificuldades da Câmara, sem mais (como diriam alguns) tergiversações e procurando resolver em definitivo o problema da autarquia de Aveiro.”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[41](#)

*“Eu confesso o meu desconforto por estar a discutir esta questão nesta fase do campeonato. Isto reporta-se a um período que começou há mais de um ano e termina em Novembro de 2010. E os serviços financeiros da Câmara fazem um relatório em Março!? Quando deviam ter feito em Dezembro, fazem o relatório em Março!? E a Câmara apresenta-o imediatamente a seguir portanto na Assembleia Municipal de Abril!? Fico muito desconfortável a fazer análises retractivas, quando o fundamental desta questão é monitorizarmos o andamento dos trabalhos à aplicação das medidas e eventualmente corrigi-las, porque a própria lei nomeadamente o 38/2008, de 7 de Março, permite as correcções sempre que necessárias.*

*Portanto, isso é uma figura que está na Lei e portanto aquilo que o executivo aqui manifestou, tem todo o nosso apoio e deve ser seguido e até diria mais, quer dizer deve-se ultrapassar o espírito da Lei. Deve haver uma monitorização pelo município mensal. E permitam-me a sugestão: vejam se conseguem que estas contas não terminem em Novembro, mas consigam bater com o primeiro semestre e com o final do ano, para quê? Para que nós possamos mais facilmente apercebermo-nos do impacto das medidas nos documentos que nos analisamos em termos anuais. É muito difícil num grupo consolidado como é o grupo municipal, fazer extrapolações de Novembro, parece fácil mas não é! Extrapolações de Novembro para Dezembro.*

*E portanto começo por manifestar o meu primeiro desconforto relativamente a esta matéria. Acho muito bem que na próxima de Junho seja apresentado o 5.º Relatório, porque aí sim, com os números frescos e em cima do acontecimento vamos poder fazer uma leitura muito mais correcta e intervir de uma forma muito mais eficiente, dar sugestões ao município sobre a melhor forma de prosseguir os trabalhos e este Plano de Saneamento Financeiro. Eventualmente corrigi-lo de uma ponta à outra! Ninguém está obcecado com isto. Agora meus senhores, vamos cá ver: este Relatório foi feito antes da crise de 2008. Ele veio cá em finais de 2007 e só em 2008 é que aparece a Lei que faz a especificação da Lei das Finanças Locais.*

*E isso veio trazer, já veio a ser aplicado a este Plano inicialmente apresentado e portanto isto trouxe aqui uma decalage de um ano! Um ano na aprovação e no início da aplicação desse Plano. Só que a situação mudou completamente neste país! Completamente. Portanto os pressupostos em que se baseou este Plano é fácil de ver que estão desajustados. E portanto o que o executivo aqui disse e manifestou é que vai apresentar uma revisão deste Plano e tem todo o nosso apoio. E cá estaremos para contribuir para que o novo Plano seja um Plano efectivamente que permita o seu objectivo fundamental. E agora vamos falar disso! Vamos falar disso.*

*O objectivo fundamental era consolidar uma dívida de curto prazo de 58 milhões. Falhou rotundamente!? Já foram aplicados 50 milhões. E vão ser aplicados os outros milhões que faltam. E quando os senhores dizem que falhou, olhem, vejam lá, até porque quer dizer, a venda do estádio por 65 milhões, quer dizer, oh meus amigos, a venda do estádio, o impacto do retorno financeiro da venda do estádio nesse Plano está para 2013 a 2020. Nós estamos aqui a*

*discutir 2011. Portanto quando o partido socialista vem aqui dizer e dar como exemplo do falhanço rotundo do município, a questão do “olha agora como é que vão vender?” Eu também posso pôr isso em causa. Como é que se vai neste quadro encontrar um parceiro que permita um retorno financeiro de 65 milhões. Agora uma coisa que eu não posso pôr em causa é outras questões, a questão da criação do fundo imobiliário, a questão do volume de investimentos que estão previstos aqui. Isto terá que ser corrigido. Mas sem complexos e sem chegar às conclusões que os Senhores chegaram porque caem pela base.*

*Há muita, muita medida que aqui está e se calhar as mais importantes têm impacto de 2013 em diante. Isto é incontornável. Está aqui e eu não estou a inventar nada. Portanto meus senhores, há que ter isso em consideração. Independentemente disso, não tenho a menor dúvida de que nós temos que ter o espírito muito bem aberto para fazer as correcções necessárias, que se impõem, que vão complementar aquilo que por força da crise e por força da situação interna nós estamos a verificar.*

*Agora uma coisa é certa. Há aqui algumas medidas que eu até gostaria que o Plano desenvolvesse em termos de impacto nas Contas. Não nos dá muito essa medida e portanto acho que aqui também os Serviços Financeiros têm que fazer um esforço suplementar no sentido de dar informação adicional. Em primeiro lugar ao próprio executivo não é, e em segundo lugar à Assembleia Municipal.*

*Mas uma coisa é certa senhor deputado, se houvesse o Decreto-Lei 38/2008 e se fosse aplicada ao executivo do Sr. Dr. Alberto Souto, meu caro amigo, não era desequilíbrio financeiro conjuntural que era declarado, era estrutural meu caro. Estrutural! Estava em desequilíbrio estrutural. Estava.*

*Porque esta Lei é nova e portanto não tenhamos a menor dúvida. Este esforço que nós estamos aqui assim a desenvolver e eu não tenho a menor dúvida que a coligação PSD/PP vai conseguir lá chegar, mas é preciso ver que o horizonte temporal para recuperar isto é 2020. Não termina no final deste ano, nem termina para o ano que vem, é em 2020.*

*Nós temos 15 anos, foi esse o compromisso a que nos propusemos através do Plano. Agora é assim: se não houver correcção, se calhar não vamos conseguir alcançá-lo em 2020, mas havendo correcção e havendo a consciência do que se tem que fazer, não tenho a menor dúvida que nós vamos conseguir cumprir esse Plano até 2020.”*

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>42</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)<sup>43</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS)<sup>44</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>45</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>46</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>47</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PPD/PSD)<sup>48</sup>

Presidente da Mesa<sup>49</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>50</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>51</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>52</sup>

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira<sup>53</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados tentando ser sintético. O Senhor Deputado Salavessa falou na questão dos Recursos Humanos. Parece-nos que será sempre relevante apresentar o total dos Recursos Humanos da Câmara uma vez que apesar deste ser um relatório e esse ser apenas um Plano da Câmara, parece-nos que é interessante até porque como é sabido e é público, os Recursos Humanos e o pagamento do salário dessas pessoas é feito pela Câmara. E portanto, é importante sempre termos uma realidade global. Será se calhar importante fazer*

*uma divisão diferente ou talvez apresentar também a questão das horas extraordinárias das empresas, para termos uma visão global, e eu acho que isso é importante.*

*Em relação à central de compras. Ela não está presente nesse relatório porque foi apenas a reunião de Câmara já em 2011 e, portanto, será algo que irá aparecer já no próximo relatório. Em relação às aquisições dar-lhe uma nota. Nós o modelo de aquisições da Câmara que é o que nós esperamos que mude, o modelo de compra não só de aquisições mas de compras da Câmara, que nós esperamos que mude com o novo organigrama não é muito simples. Está dividido, está um bocadinho espartilhado, entre várias secções e divisões. E portanto o que nós estamos a tentar é fazer uma unificação.*

*Os dados das aquisições são os dados que serão sempre mais fiáveis em termos daquilo que é a imagem do regular funcionamento. Tudo o que é um fornecimento contínuo por exemplo dá lugar a uma requisição. Tudo o que é uma prestação de serviços dá lugar a uma requisição, o mesmo não se passa com as empreitadas, nem anteriormente com as grandes aquisições.*

*Isso agora está a ser tudo corrigido para incluir o mesmo valor e portanto será esse tendencialmente aquilo que irá permitir fazer a análise do município.*

*Em relação às comissões — e por isso é que eu estava a dizer que não era correcto. Não era correcto no sentido, nós estamos a falar da mesma medida. Aquilo que nós fizemos aqui, foi uma correcção à medida 3.3.2 que tinha a ver com a dívida de curto prazo. E portanto, foi o empréstimo que nós corrigimos. As comissões que estavam afirmadas no Plano de Saneamento tinham a ver com três tipos de comissões. Uma com as comissões e com as taxas de juro de outros empréstimos; outra que também está explícita, que tem a ver com os acordos com o INH que agora é o IHRU, em termos de pagamento para habitações. E outra tinha a ver com as comissões bancárias ao nível das pequenas transacções.*

*E portanto, quando eu estava a dizer que é uma coisa diferente é porque se trata disso, embora aquilo que disse não é nada de errado.*

*Em relação ao BE, a questão da subida em termos de IMI. O IMI todos os anos tem tendência a subir. Houve cá compra de casas ou avaliações e houve cá novas pessoas a morar e é aí, é um bocadinho em termos de política, aquilo que nós pretendíamos com a redução das taxas é que viessem mais pessoas morar. Era sempre esse efeito de vamos aumentar porque temos mais pessoas. Não vamos aumentar. Porque aumentar os impostos isso causa a fuga de pessoas para concelhos vizinhos que estão próximos de nós. E portanto o efeito aí tem a ver com isso mesmo, com aumento do número de pessoas e a valorização, a revalorização, de alguns imóveis e o fim da isenção exactamente.*

*Eu francamente não percebi a questão das comunicações comparadas com a questão das eleições!?! Não me diga que os funcionários da Câmara, as comunicações são de funcionários da Câmara, não é em períodos de eleições que andaram todos a telefonar para o pessoal ir votar. Eu acredito que não seja isso que era para dizer porque acho (ou então percebi mal) que não foi isso. Aqui trata-se de uma coisa muito simples: os nossos funcionários em 2009 tiveram controlo mais efectivo e começou um controle diferente ao nível das comunicações móveis — e houve uma fuga momentânea para as fixas. Isso vai-se reflectir no próximo relatório onde vão verificar uma quebra abrupta em todas as comunicações devido também a uma alteração contratual.*

*Em relação a algumas notas do Partido Socialista, quem foi o primeiro (julgo eu) foi o Marques Pereira. Os cronogramas financeiros apresentados estavam correctos! Portanto agradeço que não me diga que não estavam, porque estavam correctos — podem ter visões que se concretizam ou não, são previsões. O Plano é uma previsão e portanto acontecem ou não, mas estavam correctos em termos daquilo que é análise financeira. Muitas das medidas estão a ser executadas, ao contrário daquilo que disse (ouvem-se vozes). Disse que não se viam! Muitas foram concretizadas. E deixe-me dizer-lhe: agradou-me uma coisa no seu discurso, porque durante muito tempo a vossa análise é “você não estão nada a diminuir nos recursos humanos. Não há diminuição nenhuma”. O que disse já foi diferente, o que disse foi —*



*primeiro justificou porque é que houve um aumento no tempo do PS e disse que nós não estamos a despedir ninguém. Não o podemos fazer bem sei, mas as pessoas estão a sair por coisas.... Portanto na realidade já está próximo daquilo que é a concretização. E é sempre bom mudar, porque isso é o que se trata. Nós não temos uma ideia fixa sempre e espero que esteja no bom caminho para mudar de facto algumas ideias.*

*Deputado Pires da Rosa disse que este financiamento falhou e que vendemos o único anel! Deixe-me dar-lhe uma nota e depois o Deputado Gonçalo falou da necessidade urgente de reformulação.*

*Este Plano foi feito em 2007 com as dívidas em 27/11/2007. De lá para cá muita coisa aconteceu. A Lei que é citada muitas vezes prevê que o Plano possa ser revisto todos os anos. Nós não podemos ser estáticos no tempo. Há medidas que se concretizam e outras que não se concretizam. Dizer que falhou rotundamente, acho que não estão certos. E há uma nota que eu vos queria dizer, que é aquilo que me parece importante e que eu referi na última Assembleia, mas é normal que as pessoas não se centrem nisso.*

*Muitas das pequenas medidas que são tomadas e que estão reflectidas; telecomunicações, seguros, electricidade etc., tem a ver com uma coisa que é a sustentabilidade dos custos correntes da Câmara, que ainda é um problema nalgumas áreas, e é isso que nós temos procurado corrigir. Há grandes medidas no Plano, algumas que na altura (agora pelos vistos já não são boas medidas) até foi afirmado por algumas pessoas da vossa bancada que sabem disto, nomeadamente o Fundo Imobiliário que era uma boa medida. Agora pelos vistos já não é!*

*E dizer-vos que essa provavelmente vai ser uma das que vai ser mexida em termos daquilo que nós temos em termos de análise. É uma boa medida, mas neste momento o mercado provavelmente ia-nos condicionar. Isso é um exemplo de uma das coisas que a gente tem que mudar.*

*E portanto queria dar essa nota. Nós nunca fomos fechados a nada — e gostei da nota de que podemos contar com o PS. Espero que sim. Não tinha sido essa a postura até agora, espero que sim, que contemos e que de facto contribuam para que este Plano seja melhor.*

*E dar-vos esta nota. O Tribunal de Contas fazia muita questão que nós especifiquemos quais são os investimentos no futuro e nós sempre dissemos que isso era muito complicado porque politicamente o Plano vai passar por várias Câmaras e com opções com certeza políticas diferentes. E portanto de quanto maior abrangência for, que não era o caso anteriormente, mas se assim for agora, melhor para nós. Mais, com certeza, vamos ter capacidade para implementar as medidas.*

*Só uma nota em relação à questão do anel e de estarmos sempre a falar do Eng. Victor Silva, pessoa que eu tenho apreço, mas dar-lhe uma nota, o Eng.º Victor Silva não é nenhum avaliador patrimonial, não é nenhum economista e se calhar fez as contas de uma maneira que podem muito bem não ser as correctas. Portanto ficou, fica com quem avalia e com quem dá as suas notas e eu também podia dizer que valia 200 ou 300! Excelente. Quanto nós mais dissermos, pode ser que a gente consiga influenciar o mercado.*

*Nota final que não queria deixar de tecer até porque foi introduzida neste debate apesar de não ser aquilo que estava em discussão, mas com certeza temos todo o gosto em discutir. Tem a ver com o contrato de gestão com o Beira Mar.*

*Sempre foi acho publicamente assumido que o desejo desta maioria fosse o Beira Mar a gerir o Estádio — sempre foi. Esta assumido em protocolo assumido em 2008 essa nota, essa vontade, e portanto, se essa medida obrigar a que revejamos essa medida específica do Plano de Saneamento, excelente. Dar-vos ainda uma nota final em relação a esse ponto em concreto. Para terem a percepção do que estamos a falar porque eu gosto que se perceba o que estamos a falar. Essa medida que estava prevista de 2013 a 2020 tinha como objectivo fazer financiamento de investimento, não tinha nada a ver com pagamento de empréstimo. Tinha a ver com investimento. Está referido no próprio Plano de Saneamento financeiro. E portanto se*

*não se concretizar arranjaríamos dinheiro noutros sítios para fazer investimento, não para pagar empréstimos.*

*Em relação ao que foi dito pelo PSD, nomeadamente pelo deputado Olinto. Não é possível nós fazermos digamos assim, bater com os semestres o relatório, porque os relatórios são em função da aprovação do Plano. O Plano foi aprovado em Novembro pelo Tribunal de Contas, nós temos de fazer os relatórios referentes a Novembro e a Maio dos meses.*

*Uma última nota para aquilo que disse o Professor Manuel Coimbra em relação às medidas que nós temos de apresentar, se calhar uma reflexão para cada uma delas. Concordo.*

*Se calhar numa visão mais global, nós em todas elas temos trabalhado como é óbvio. E gostamos de apresentar quando há concretizações como é óbvio. Por exemplo o Fundo Imobiliário, quantas reuniões já não fizemos para o tentar concretizar. Com instituições bancárias, com os nossos próprios serviços. Não foi ainda traduzido na prática, mas nós com certeza que poderemos pôr isso no próximo – essa e outras como é óbvio. Mas temos vindo a trabalhar. Muito obrigado.”*

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>54</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados. Em relação ao Plano que está a ser discutido, diria apenas um primeiro apontamento, de que eu acho que esta questão da renegociação da dívida com a Caixa Geral de Depósitos, o empréstimo devia de facto ter sido considerado, senão naquele ponto, pelo menos no ponto que tem em conta a redução das Despesas Correntes.*

*Nós estamos a falar de uma previsão inicial de despesas correntes de 24,6 milhões para a vigência do contrato e que terá sido reduzido em princípio com a negociação.*

*Portanto ela devia fazer parte do Relatório. Depois dar nota do seguinte: de uma vez por todas Senhores Deputados, vamos ver se temos tino nas nossas intervenções. O PS produziu uma situação de descalabro financeiro. O PS foi penalizado nas urnas por esse descalabro financeiro. Os senhores identificaram a situação e propuseram soluções, propuseram medidas. Medidas à partida criticadas por não adequadas e insuficientes, mas tomaram medidas e apresentaram propostas. Uma proposta cujo núcleo essencial dessa proposta, desse Plano, foi a consolidação e renegociação da dívida de curto prazo. 58 Milhões depois, quase utilizados com esse objectivo, é verdade que pagaram dívida de curto prazo antiga, mas por outro lado criaram uma dívida de curto prazo maior do que aquela que estava!?*

*Portanto esta é a situação esplanada nos números! Portanto é como se eu estar em dificuldades financeiras fosse pedir dinheiro a um Banco para consolidar a minha dívida, para transferir, e ao mesmo tempo continuasse a gastar, a gastar, a gastar, sem ter em conta que não posso ter esse nível de gastos.*

*E o que é preocupante Senhores Deputados, Senhor Presidente, é que em Abril deste ano já foram assumidos compromissos de 58 milhões de euros. Só deste ano! 58 Milhões de euros de compromissos, para uma receita previsível de 50 milhões? Por este caminho nunca vão conseguir o Saneamento Financeiro. Nunca na vida Senhores! Nunca na vida. Nunca. Escrevam, peço que seja transcrita esta afirmação em acta. “Nunca na vida por estes ritmos os Senhores conseguirão o Saneamento Financeiro da Câmara”. E digo-o com toda a clareza como disse no tempo do Dr. Alberto Souto. Eu penso que esta nota é o principal argumento para a necessidade de uma Comissão para acompanhar essa situação.*

*Essa nota é porque Senhor Presidente, quando faço a proposta de uma Comissão, não foi para mais nada do que para garantir o pleno exercício das competências da Assembleia Municipal e as suas obrigações para com o município e os municípios de Aveiro.”*

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>55</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>56</sup>

Vogal Paulo Florentino Marques (CDS)<sup>57</sup>

Presidente da Mesa <sup>58</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>59</sup>

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>60</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>61</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Tentarei sintetizar em três temas a minha intervenção começando pelo seguinte: Beira Mar, fiquei satisfeito com a resposta do Senhor Vereador Pedro Ferreira e portanto dizer que naturalmente que este contrato de gestão que amanhã vai ser apresentado não é compatível com o Plano de Saneamento Financeiro e portanto alguma coisa vai ter que alterar e com certeza que vamos esperar para que este documento venha aqui à Assembleia e o partido socialista não o pôde trazer antes, porque a Câmara também não o entregou antes, mas o Senhor Deputado Manuel António Coimbra tem acesso aos Senhores Vereadores, ao Senhor Presidente da Câmara, que são do seu partido e que pode naturalmente ter a mesma informação. Não é informação clandestina, é informação que é pública e entregue aos Vereadores.*

*Segunda questão, sobre a intervenção do Senhor Deputado Paulo Marques. E eu posso-lhe garantir que tanto em 2005 como em 2009 o PS tinha propostas muito concretas sobre aquilo que queria fazer, para de facto resolver um problema que também tinha criado, mas tinha criado à custa de um investimento que foi feito em Aveiro e obviamente que isso tem custos e que tinha solução para esses problemas, mas vou-lhe dizer três coisas que nós garantidamente não fazíamos e nunca o fizemos.*

*Não fazíamos por exemplo a diminuição populista, absolutamente populista, dos impostos que foram propostos por este executivo à entrada para um ciclo que já se antevia muito complicado do ponto de vista financeiro e por uma questão exclusivamente de populismo que baixou os impostos logo no início do mandato, quando era naturalmente e consensual que era necessário mais receita ou pelo menos a mesma receita.*

*Não vendíamos a água ao desbarato garantidamente. Não vendíamos como foi vendido e ficou bem vincado na posição do partido socialista quando foi esta discussão.*

*E não enchíamos a Câmara e as empresas municipais de pessoas supérfluas, normalmente e coincidentemente boys do partido social-democrata e do partido popular. Isso não fazíamos como não fizemos no passado e eram três medidas que com certeza que tem grande repercussão na situação financeira da Câmara e que garantidamente os executivos do PS não faziam porque têm a prova do passado que não o fizeram nenhuma destas três medidas.*

*Terceiro tema, sobre esta situação que tem a ver com a questão do custo do pessoal e do respeito por aquilo que está definido no âmbito do Plano de Saneamento Financeiro, que tem a ver com o seguinte. Há uma promessa plasmada neste Plano que garante que para cada entrada de uma nova pessoa nos quadros do pessoal têm que sair três pessoas. E portanto esse era o Plano que nós todos estávamos e era o Plano mínimo, que se percebia e que se antevia, que teria que necessariamente ser mais exigente a este nível e tendo em conta digamos o nível de investimento e o nível de actividade desta Câmara, naturalmente que podiam prescindir de muitas mais pessoas do quadro de pessoal ou pelo menos não as meter de novas nesta altura. E aquilo que se passa é que, no último ano e meio, entraram 48 pessoas ou foram abertos 48 lugares em concurso público para entrar. O que equivale a dizer que teriam que ter saído 146 pessoas, salvo erro 144 pessoas. Facto que não aconteceu!*

*Porque se nós chamarmos obviamente os funcionários da AdRA esse valor está abaixo, mas o Senhor Vereador Pedro Ferreira seriamente disse na última Assembleia que não contava com essa diminuição e portanto fez essa distinção e bem e portanto quando contamos com os outros, percebermos claramente que aquilo que era uma medida para dez anos ou oito anos, que tem a ver com o Plano de Saneamento Financeiro, já foi esgotada. Neste momento entraram todas as pessoas.*

*E eu queria colocar uma questão muito concreta sobre isto, que a Senhora Vereadora Ana Vitória não nos tem trazido novidades apesar dos nossos apelos, não nos tem trazido novidades sobre a situação relativamente à entrada destas pessoas, e que tem a ver com o Saneamento Financeiro da Câmara. Portanto não me estou a desviar do tema e queria-lhe formular duas questões muito concretas. A primeira é saber se todos os lugares que estiveram em concurso foram ocupados pelas pessoas que ganharam os concursos e se essas pessoas já estão ou não em funções?*

*Segunda questão é: pessoas que ganharam esses lugares que foram seleccionadas para esses lugares e que coincidentemente cumprem ou cumpriam outras funções na Câmara Municipal nomeadamente de nomeação, qual foi a opção que tomaram? Foi a opção de ficar nos seus lugares de nomeação ou a opção de exercer a função para a qual foram seleccionados no concurso público?*

*Se houve destas situações gostava de lhe perguntar se os lugares vagos, os tais lugares de nomeação, nomeadamente no Gabinete de Apoio ao Executivo, secretárias dos Vereadores, se vão ser ocupadas ou não por outras pessoas?*

*E pergunto-lhe mais uma coisa concreta. Há ou não alguma situação em que alguém tenha ficado em primeiro lugar para algum concurso que não tenha aceite exercer essa função e que por via indirecta, por via de uma empresa, esteja neste momento a prestar serviços para a Câmara Municipal de Aveiro através (para facilitar a sua procura) de um ajuste directo?*

*E gostava que a Senhora Vereadora fosse muito concreta. Naturalmente que não terá esses dados porque alguns não devem passar por si, mas gostava que na próxima Assembleia trouxesse esta informação.*

*O Partido Socialista vai entregar por escrito este requerimento e os Senhores terão um mês no máximo para entregar ao Partido Socialista, que com certeza que tornaremos isso público, as respostas a estas questões concretas e gostava que a minha intervenção ficasse registada em acta. Muito obrigado.”*

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>62</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)<sup>63</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>64</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD)<sup>65</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>66</sup>

Vogal Nuno Marques Pereira (PS)<sup>67</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>68</sup>

Presidente da Mesa:<sup>69</sup>

*“Senhores deputados, não tendo mais inscrições, estamos quase a acabar a discussão deste ponto 8.2, antes porém, deu entrada na Mesa como é conhecidos dos senhores deputados, uma propostas do Partido Comunista Português, que é do seguinte teor:«*

- 1. Que a Assembleia Municipal de Aveiro aprovou um Plano de Saneamento Financeiro para o Município que está a ser executado pela Câmara Municipal;*
- 2. Que compete à Assembleia Municipal o acompanhamento da execução do referido Plano pertencendo-lhe também a competência para declarar o seu eventual incumprimentos;*
- 3. Que a complexidade da questão não pode resumida à discussão superficial de um Relatório Semestral apresentado pelo órgão executivo.*

*A Assembleia Municipal de Aveiro Delibera:*

- a) Constituir uma Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, com uma composição que integre representantes de todos os grupos municipais e respeite o peso específico de cada um neste órgão autárquico;*

*b) Que a Comissão, na sua primeira reunião, determine as regras do seu funcionamento e metodologia de trabalho a adoptar, visando a prestação de uma informação pormenorizada e sustentada nos números, a todos os membros da Assembleia Municipal e a formulação de propostas que bem entender, desde que se enquadrem nos pressupostos da sua constituição.»*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>70</sup>

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação <sup>71</sup>a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PCP, para a constituição de uma Comissão de Acompanhamento da Execução do Plano de Saneamento Financeiro, sendo a mesma rejeitada por maioria com treze votos a favor (CDS2+PS8+PCP1+BE2), uma abstenção (CDS1), e vinte dois votos contra (PSD19+CDS3).

**Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa<sup>72</sup> deu como concluída a apreciação do 4.º Relatório Semestral de Acompanhamento da Execução do Plano.**

Da Câmara Municipal

Vice-Presidente Carlos Santos:<sup>73</sup>

**De seguida, o Presidente da Mesa<sup>76</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a sexta reunião da Sessão Ordinária de Abril, <sup>77</sup>informando que a próxima reunião será no dia 27 de Junho (2.ª feira) pelas 20:00 horas. Segue convocatória nos termos Regimentais**

**Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço [www.livesteam.com/aveiromunicipal](http://www.livesteam.com/aveiromunicipal).**

**Eram 24:00 horas do dia 15 de Junho de 2011.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(5:00)